

DENTRO DE UM MESMO CÍRCULO FAMILIAR: LÓGICA PRIVADA, PATRIMONIALISTA E VALORES PESSOAIS

*Ilva Ruas de Abreu**
*Leila Cordeiro de Aquino***

Resumo: O patrimonialismo como expressão de poder da família perpassou a Colônia, o Império e a República, deixando seus resquícios até mesmo na política contemporânea. No seio de uma família, as relações podem estar calcadas em laços de compadrio. Estes, às vezes, tornam-se tão fortes quanto os laços de sangue. O exemplo mais claro dessa constatação é a origem dos grupos de parentelas na política construindo uma extensa rede de sistema de lealdade, em alguns municípios brasileiros. Partindo dessa premissa, o estudo que propomos busca uma análise da trajetória política imbricada na lógica do patrimônio, do privado e dos valores pessoais sobre o Estado. A análise de estudiosos como Emília Viotti da Costa, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Sérgio Buarque de Holanda, João Gualberto, José Murilo de Carvalho, Bernardo Mata Machado, dentre outros, contribui para um entendimento das manifestações afetivas e clientelísticas no Brasil, oferecendo um estudo relevante para a reflexão de valores privados, sobressaindo sobre os valores coletivos.

Palavras-Chave: família, política e patrimonialismo.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Professora titular, chefe do Departamento de Ciências Econômicas e professora do Programa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

**Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista CAPES.

Abstract: The expression of power and patronage of the family present throughout the Colony, Empire and Republic, leaving its traces even in contemporary politics. In a family, relationships can be modeled on bonds of patronage. These sometimes become as strong as blood ties. The clearest example of this is finding the source of kin groups in politics by building an extensive network system of loyalty, in some municipalities. From this premise, the study seeks to propose an analysis of political history embedded in the logic of equity, the private and personal values over the State. The analysis of scholars such as Emilia Viotti da Costa, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Sérgio Buarque de Holanda, João Gualberto, José Murilo de Carvalho, Bernardo Machado Mata, among others, contributes to an understanding of affective manifestations and patronage in Brazil, offering a study relevant to the consideration of private values , standing on the collective values.

Keywords: family, politics and patronage.

Introdução

A família exerceu um papel fundamental na formação da sociedade brasileira, advinda do domínio patriarcal, ao qual nos remete o período colonial, centrado no tipo de organização doméstica que reconhecia a imagem do pai como principal autoridade, o chefe de família que, por sua vez, era um protetor encarregado de assegurar e resguardar a propriedade, por meio de laços de parentesco.

Destarte, criavam-se, no Brasil, desde os primórdios, relações de solidariedade entre os grupos. Para tanto, o apadrinhamento, bem como o matrimônio, era uma forma de fortalecer a parentela. Assim sendo, a família ia, aos poucos, constituindo o pilar para a organização de toda a sociedade brasileira, inclusive servindo para o ingresso de um indivíduo na política.

Não obstante, os grupos de parentela que se originaram na colônia incitam, ainda hoje, questões importantes de análise, pois um dos grandes obstáculos na sociedade moderna é a presença da cultura da personalidade no âmbito político. Nesse caso, o espírito familiar faz-se forte, onde os bens públicos servem a um indivíduo ou a um determinado grupo, daí também provém a lógica privada: na busca de satisfação pessoal e da defesa de interesses particulares.

Em linhas gerais, cumpre aqui entender também o conceito de patrimonialismo. Na falta de uma melhor definição, esse conceito é aqui trabalhado, na ausência de distinção entre o que é público e o que é privado. A partir dessa constatação, a política torna-se, em sua essência, algo hereditária. É sobre a premissa de que o Estado se torna, por excelência, um patrimônio do governante, sendo observada a fidelidade pessoal, a honra, as lutas entre as parentelas, que esse artigo vem suscitar.

As cidades na colônia e império: parentesco, clientela e patronagem

Em uma reflexão do desenvolvimento das cidades coloniais no Brasil, nota-se a influência do fazendeiro sobre a política, uma vez que a força econômica provinha dos proprietários rurais. Estes eram chamados de “homens bons”, sendo os responsáveis pela administração local, assim, concorrendo às assembleias das Câmaras Municipais como juizes ordinários e vereadores. O senhor de engenho, então, representava o político, e a escravidão contribuía, de forma decisiva, para reforçar o seu poderio.

Ao longo da história colonial, a solidariedade, o conflito, o poder de mando, o compadrio, a patronagem caminhavam, lado a lado, com a política. Maria Isaura Pereira de Queiroz, refletindo sobre essas práticas, pontuou que a importância de um senhor de engenho, bem como o valor de suas terras, aumentavam se nelas prosperasse um determinado povoado. Portanto, criavam-se laços de amizades e serviços mútuos, cujo resultado era, sobretudo, o compadrio local e o domínio dos latifundiários:

Exerceram, pois, as câmaras municipais, inteira autoridade em seus domínios. Nisto não faziam mais do que refletir o poderio dos latifundiários e seus interesses no governo local. Para estes senhores rurais, o interesse particular estava inextricavelmente confundido com o interesse municipal, as resoluções tomadas pela Câmara Municipal não refletiam somente a preocupação com o bem comum e sim também a preocupação do senhor rural em defender seus interesses privados; não havia separação entre uns e outros porque a realidade econômica, política e social da colônia eram os proprietários rurais. (QUEIROZ, 1976, p.43).

Seguindo com essa discussão, Queiroz assegurou que o típico “homem bom” era o homem da família, de mesmo grupo familiar, de um mesma aldeia, onde o casa-

mento era uma questão de grande importância. Por essa razão, os pais escolhiam “cuidadosamente” as alianças matrimoniais para reforçar os laços de parentesco e resguardar a propriedade de mãos estranhas. Conforme seja, unindo os filhos com primos, tios, ou mesmo unindo-os com outras famílias particulares nomeadas, ou com fortunas:

O grupo familiar não se limitava então aos pais, filhos, agregados e escravos; era muito maior, pois devido ao casamento entre parentes, os troncos da família eram geralmente primos entre si, e, relacionados, formavam um sistema poderoso para a dominação política e econômica, para a aquisição e manutenção do prestígio e status. O indivíduo que não se achava preso e integrado numa família, muito dificilmente podia prosperar e adquirir o seu lugar ao sol. No caso da eleição da Câmara Municipal, por exemplo: somente os “homens bons” podiam dela participar; um forasteiro, um indivíduo que não se encontrasse integrado como parente ou agregado num sistema familiar (...) esse não era nado no vilarejo, vivia à parte, desajudado e sem direito a coisa, alguma (...). A autonomia do latifúndio, auto-suficiente, justamente, com a liderança do chefe de família, desenvolveram o espírito local; e a política municipal girava, toda ela, em torno desses interesses locais de vários municípios. (QUEIROZ, 1976, p.45).

De igual modo, André Heráclio do Rego compreendeu a importância da família na formação da sociedade brasileira, com efeito, tanto a raça, a riqueza e a profissão, eram consideradas do ponto de vista familiar. O matrimônio, por sua vez, tornava-se, na formação do Brasil, um instrumento de interesse político e econômico, contribuindo para a formação de uma rede clientelística mais ampla:

O fundamento da sociedade era, portanto a solidariedade de parental, ativa e passiva, que ultrapassava os laços de sangue, incorporando o parentesco espiritual, o compadrio e as relações de dominação sobre os dependentes. Havia dois momentos essenciais no quadro da vida familiar, no plano estratégico: o batismo e o casamento (...). O compadrio é nesse contexto um tipo de parentesco ideológico e espiritual, pois sua natureza é religiosa, mas que cria laços de afinidades tão poderosas quanto aqueles do sangue, gera um código de deveres morais comparáveis aqueles característicos dos laços consanguíneos. Mesmo os irmãos de sangue preferiam às vezes tratar-se por compadres, mesmo quando não o eram. (REGO, 2008, p.47).

Frente a esse processo, Emilia Viotti da Costa, ao analisar a urbanização no período colonial, atribuiu à importância da questão familiar na formação das cidades, caracterizadas pelas constantes lutas políticas, relações pessoais de parentesco, clientela e patronagem. Nessa perspectiva, mesmo após a independência do Bra-

sil, essa situação não se alterou de imediato, pois o que se faz observado, é que, também no sistema imperial, nas zonas urbanas, reinava o domínio das grandes famílias de fazendeiros, onde a ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva e o bem público era confundido com os bens pessoais, como seja, reforçando valores aristocráticos no controle dos cargos públicos para benefício da parentela, além de impedir a racionalização administrativa do Império:

A política na cidade não diferia da política da zona rural. Continuava até os anos 70 a ser uma luta entre famílias, lutas de patrões e suas clientelas contra outro patrões e suas clientelas. Os votantes relacionam nas áreas, recebendo em troca “auxílio e proteção” (...) Eram pouco definidos os limites entre coisa pública e privadas (...) O político não representava o povo. Aparecia como o seu benfeitor (...) Dentro desse regime, os critérios de competência perdiam sentido. A multidão dos empregos públicos, muitos deles desnecessários, fez parte do mesmo quadro. Para reforçar os laços de fidelidade, que ligam o eleitorado ao homem público, essenciais a manutenção do poder político e do prestígio do chefe. (COSTA,1999, p. 250).

Com base nessas análises, é possível perceber que a administração imperial era sustentada no apadrinhamento e não na competência dos funcionários, para tanto, as relações com os cargos públicos eram ainda relações familiares dominadas por fazendeiros, é nesse sentido que, no interior da família, a vida rural se tornou um marco na formação política, quando a fazenda prevalecia sobre a cidade.

Partindo dessa observação, o sistema de patronagem vem ilustrar a ambição de muitos jovens que saíam de suas cidades para estudar e se “profissionalizar” na política. José Murilo de Carvalho, estudando as longas carreiras políticas da elite familiar no Império, destacou que, desde o início, o jovem político já era levado a conhecer outras províncias além da dele. Muitos serviam às suas próprias províncias, enquanto outros eram nomeados para outras cidades. Assim, a parentela acompanha todos os passos dos jovens que ambicionavam um ingresso na política:

Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição *quese sine qua nom* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o bacharel diretamente à Câmara. O apoio familiar, e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, alias, presença constante em todos os passos da carreira (...) Uma vez dentro da Câmara estava-

se a um passo do círculo interno da elite, ao qual se tinha acesso por uma combinação de capacidade e patronato, exercendo o imperador papel ativo na seleção. (CARVALHO, 2003, p. 125).

Assim, o espírito local das cidades na Colônia e Império foi sendo sustentado por redes clientelísticas que desconsideravam os limites dos bens públicos e privados, reforçando a figura do fazendeiro, do chefe de família, de onde provém a forte ligação da terra com a política, na formação das cidades brasileiras.

Herança patrimonialista: a família como parâmetro para a formação do Estado

Em 1936, o historiador Sérgio Buarque de Holanda lançou a obra “Raízes do Brasil”, na qual expõe que o peso da herança da família tradicional patriarcal vai gerar a cultura da personalidade, acarretando a frouxidão e a falta de organização social, além da incapacidade de separar o público do privado. Nesse sentido, para o mesmo historiador, os homens públicos eram moldados nos círculos domésticos em que os laços sentimentais familiares são levados para o âmbito do estado. (HOLANDA, 1984, p. 103-104).

Contrariando a perspectiva de Gilberto Freyre que demonstrou a valorização portuguesa para a construção da nação brasileira, apontando a continuidade do passado colonial, (FREYRE, 2004), Sérgio Buarque entendia que deveria haver um rompimento com esse passado, oferecendo então, soluções para a “modernização” da política.

Foi partindo daí que Sérgio Buarque criou o conceito de “cordialidade”, ou seja, o “homem cordial” seria aquele dominado pelo coração, que não usa a racionalidade na política, sendo que, no coração, pode acumular tanto coisas boas quanto as coisas más:

Cumprindo ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. (HOLANDA, 1984, p.107).

E mais adiante, Sérgio Buarque completou que a cordialidade é a solução para o medo que o homem tem de viver sozinho, preferindo dividir a política com os seus. Em outras palavras, é um “viver nos outros”. Conforme Holanda: “ ‘No homem cordial’, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência”. (HOLANDA, 1984, p.1).

O ponto que nos parece mais importante na obra de Sérgio Buarque é que este foi um dos pioneiros no uso de conceitos weberianos de “patrimonialismo”, “tipo ideal”, processo de “racionalização”, “estamento”. Esses conceitos foram sentidos, quando foi refletido, na obra em questão, o confronto entre trabalho e aventura, racional e cordial, pessoal e impessoal.

Portanto, cumpre-nos entender, aqui, o conceito de patrimonialismo entendido por Max Weber. Em linhas gerais, o patrimônio é um tipo de dominação. Nessa premissa, Weber fala de três tipos de dominação legítima: de caráter racional (dominação legal), de caráter tradicional (dominação tradicional), de caráter carismático (dominação carismática). (WEBER, 2009, p. 141)

Também Raymundo Faoro, ao analisar as bases da formação política brasileira, toma como ponto de partida a teoria Weberiana, expondo o patrimonialismo como mecanismo de poder pessoal, como seja, de um tipo de dominação, bem como suas heranças na política atual. Para Faoro, o Estado patrimonialista perpassa toda a história brasileira, assim, desde os princípios da organização política, esse patronato faz-se marcante:

O patrimonialismo organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo – o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria, de competência. O Estado ainda não é uma pirâmide autoritária, mas um feixe de cargos, reunidos por coordenação, com respeito à aristocracia dos subordinados. (FAORO, 2004, p. 82).

Avançando essa análise, Faoro, refletindo sobre o patrimonialismo no período que se estendeu de 1989 a 1930, conhecido como “coronelismo”, assinalou que o caráter patrimonial de corte Weberiano da vida política do Brasil, foi identificado

em diversos estudos, porém, sem aprofundamentos significativos. Dentre esses estudos, Faoro estabeleceu críticas à obra “Raízes do Brasil”, já analisada, anteriormente, neste trabalho. As críticas dele se fundamentaram em que, no “Coronelismo”, o poder dos chefes locais não provinha do domínio patriarcal, ou do vínculo com a economia familiar, afastando-se da reflexão de Sérgio Buarque. Nesse fundamento, Faoro expõe:

O coronelismo, o compadrazzo latino-americano, a clientela na Itália e na Sicília participam da estrutura patrimonial¹. Peças de uma ampla máquina, a visão do partido e do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública (...). O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado que o retamento do estamento secular acentua, de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista. O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios. Pisar no pé de um subdelegado ou do inspetor de quarteirão seria pisar no pé da lei. (FAORO, 2004, p. 697)

Nota-se, porém, que Faoro e Sérgio Buarque, mesmo recebendo influências weberianas, em alguns momentos, divergem entre si. Para Sérgio Buarque, a herança da cordialidade ainda permanece na política, enquanto que Faoro não comunga dessa ideia. Nessa premissa, voltando a discussão para Sérgio Buarque, foi possível perceber que esse historiador chegou a produzir hipóteses para uma possível superação da cordialidade, ou seja, ele entende que, para o Estado não ser apropriado pela família, deve existir um processo de impessoalidade na política. Nesse sentido, pontuou:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição (...). Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, antes as leis da cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares, uma procissão das hipóteses, para falar com a

¹ Nessa citação Faoro estabeleceu uma nota na qual não só faz menção a Sérgio Buarque de Holanda por não aprofundar da tese Weberiana, como expõe outros nomes como: Emílio Willens, Victor Nunes Leal, entre outros.

filosofia alexandrina. A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência. (HOLANDA, 1984, p. 101).

Insistindo nessa discussão, Sérgio Buarque demonstrou que, no Brasil, onde predomina ainda a família do tipo patriarcal, são notados traços de desequilíbrio social, pois a escolha das pessoas que irão exercer funções públicas faz-se pela confiança pessoal e não pelas capacidades próprias do político, sendo inacessível a uma ordenação impessoal. Para tanto, os núcleos familiares foram responsáveis pela contribuição, na civilização brasileira, do “homem cordial”. Conforme Sérgio Buarque:

Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias “retardatárias”, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico. Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida (...) Com efeito, onde quer que prospere e assente em base muito sólida a ideia de família- e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal- tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível do nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes antifamiliares por excelência, como o são sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos. (HOLANDA, 1984, p. 103-104).

Como não poderia deixar de ser, na interpretação da lógica patrimonialista, é consenso em muitas análises que se trata de uma autoridade que se utiliza do poder pessoal para legislar a coisa pública. Na difusão desse patrimonialismo, a família pode ser um forte elemento que contribuiu, desde os tempos remotos, e ainda contribui como parâmetro que orienta o processo político.

Mandonismo, fidelidade, honra e violência: a extensão da família na Primeira República

Durante o período conhecido como “Coronelismo” (1889-1930), o mandonismo se acentuava no seio das famílias brasileiras, nas quais deixava suas mostras de valentia, honra, vinganças, fidelidades. Tais características, como fenômeno de cultura política, foram justificadas no círculo familiar como forma de defesa, ora da propriedade, ora de um município, ora de controle dos cargos públicos, ora do controle da parentela.

O mandonismo, como extensão do poder maior da família, era um exercício do poder pessoal, no qual o favor, juntamente com o compromisso, tornava-se a referência primordial para se entender as práticas usadas pelos coronéis. Queiroz, analisando o sustentáculo do mandonismo local, na vida política brasileira, compreendeu:

A linha constante era a grande influencia do mandonismo local em três fases diferentes da vida do país; sua permanência em épocas sucessivas provinha da permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de “família grande”. Paralelamente o mandonismo que se afirma em todas as ocasiões como o poder mais forte, veio-se desenvolvendo também um poder central. Este não é senão uma tentativa durante a colônia. Durante o Império, confunde-se com o mandonismo local (...) a mola verdadeira da política continua sendo o mandonismo local (...) Finalmente durante a Primeira Republica, o poder central principia a se desvencilhar do coronelismo e a constituir uma força independente com a qual é preciso contar; chega mesmo a um equilíbrio de forças, e governo central e mandões políticos tratam-se de potência a potência. (QUEIROZ, 1976, p. 33).

Tendo em vista a abordagem presente na citação acima, é possível perceber que o mandonismo local, “mola verdadeira da política”, conforme exposto por Queiroz, foi, sem dúvidas, sustentado pela “família grande” e pelo “latifúndio” em épocas sucessivas. É nesse sentido que, conforme afirma João Gualberto, durante a Primeira República, foram introduzidas, no espaço público, todas as dimensões da vida privada e familiar, de maneira que se assimilaram os princípios de solidariedade na pirâmide política, assimilaram-se, do mesmo modo, os conflitos de famílias. Portanto, no interior e no exterior das parentelas, as relações eram definidas por alianças, em laços afetivos e na convergência de interesses econômicos políticos. Por outro lado, poderiam ser feitos também por competições e rivalidades, notados nos números de conflitos sangrentos, registrados no Brasil. (GUALBERTO, 1995, p. 75).

Não obstante, Gualberto continuou com esse raciocínio, expondo que a violência era, em todos os níveis da sociedade, uma forma “normal” para quem fosse “lavar a honra” durante a República Oligarquia. Logo, a solidariedade e o conflito surgiram no Brasil como as duas faces de uma mesma moeda, sendo que uma não poderia existir sem a outra. Conforme Gualberto salienta:

Assim, nascia no contexto de relações afetivas profundas, no seio de conflitos de poder no interior das grandes famílias, a vingança ocupa um espa-

ço importante na construção do imaginário social brasileiro. Associada a violência, ingrediente fundamental no contexto do coronelismo, a vingança é uma herança do passado colonial. A ausência de limites na ação dos latifundiários brasileiros, ligados a inexistência imaginária do papel do outro, são ingredientes fundamentais da nossa política. A modernização relativa conduzida pelos coronéis da República colocou os conflitos e lutas sanguíneas no interior da política partidária. Misturou estes conflitos as suas estratégias de conquista do Estado. Conquista mais ligada a uma apropriação privada do espaço público do que a uma ação consistente dos partidos políticos. Aquele que pode distribuir o bem torna-se ainda mais poderoso quando pode fazer o mal. (GUALBERTO, 1995, p. 80)

Partindo desses pressupostos, as relações “amigos inimigos”, existentes nos municípios da Primeira República, centravam-se no seguinte binômio: aos amigos, “lavar a honra”, aos inimigos, “fazer vingança”. A essência desse compromisso entre a parentela, resultava na fidelidade do grupo, acrescido da presença da impunidade de autoridades perante um chefe local, uma vez que a nomeação de delegados, subdelegados, juizes de paz, médicos, professoras, eram feita por um chefe local, que reconheciam esses “profissionais” como “sua gente”.

Em uma interpretação da “gente do Coronel” que fazia “vista grossa” às arbitrariedades de um mandão local, Victor Nunes Leal confirma que a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos de coronelismo, incumbida de “fazer justiça” aos amigos e “aplicar a lei” aos adversários. Além da ligação indissolúvel entre o coronelismo e a organização policial, Leal refletiu ainda sobre a “proteção” dos governos estaduais, em relação ao Coronel: “É ainda em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista inclusive a violências e outras arbitrariedades”. (LEAL, 1997, p. 71).

A série de conflitos registrados nos municípios brasileiros, no período que se estendeu de 1989 a 1930, que visava o controle da política local entre as famílias, foi sustentada não só pela “vista grossa”, conforme já observado neste trabalho, mas também pelas estruturas agrárias compreendidas durante todo aquele período, além de outros mecanismos, tal como a falsificação eleitoral.

No terreno dessas discussões, Maria Efigênia Lage de Resende, fazendo um balanço do período republicano, demonstra como se acentuaram os conflitos en-

tre as parentelas. Com efeito, em sua perspectiva, as lutas constantes entre coroneis rivais, no município, acarretaram uma dualidade de eleições com atas falsas, duplicatas de Câmaras Municipais e de assembleias legislativas, porém, tal desorganização só foi possível graças aos grupos familiares que pretendiam controlar a política local:

Uma série infindável de conflitos e confrontos, muitos deles violentos, ocorre nos estados, desde os primeiros momentos de vida republicana. Nos municípios travam-se lutas entre facções rivais, visando a obter o controle da política local e, via de regra, posicionar-se na condição de aliado da oligarquia que detém o poder no estado, seja ela uma pessoa, uma família ou um grupo de famílias, entrelaçadas por casamentos, alianças políticas, interesses econômicos ou controle de funções públicas. No nível do estado, a disputa entre facções oligárquicas é quase uma constante. (RESENDE, 2003, p. 98).

A extensão do poderio familiar, durante a Primeira República, vem ilustrar a importância das relações pessoais, na política, sobre o controle dos cargos públicos, ou conforme já observado, quando, em alguns momentos, o Estado é apropriado pela família, por meio das relações patrimonialistas. Para Queiroz: “quase todos os postos locais, médicos, juizes, tabeliães, algumas vezes padres e naturalmente deputados, estão nas mãos de gente pertencendo ao grupo familiar”. (QUEIROZ, 1976, p. 166).

Ainda, ao examinar os traços principais da política familiar no Brasil, Queiroz adverte que os “velhos ódios” persistem ainda em muitos pontos do país:

As terríveis lutas entre famílias, que se desenvolveram durante a Colônia, perdurando, em certos pontos do Brasil, Império a fora até os nossos dias, onde quer que se houvesse preservado a estrutura patriarcal da família, resultaram da colisão de interesses ou do ódio por qualquer motivo despertado entre dois desses grupos familiares. A prova de que os interesses privados estavam intimamente ligados aos interesses públicos está na forma que tomavam tais conflitos: rivalidades entre duas Câmaras Municipais; brigas que resultaram na fundação de novo município dentro do território do antigo; lutas pelo domínio de uma câmara. (QUEIROZ, 1976, p. 46).

Estabelecendo um balanço dos grupos de família em moldes contemporâneos, mais precisamente no período de 1960, o historiador José Murilo de Carvalho assinalou que, em algumas cidades do Brasil prevalecia, ainda, o domínio de duas

famílias, mantendo-as o controle político do município, alternando-se no poder, cujos membros barganham empregos e benefícios públicos em troca do voto. (CARVALHO, 1996, p. 153-194).

Com todas essas considerações, nota-se que, embora o mandonismo e o clientelismo mantidos pela estrutura familiar já vinham sedimentados desde a Colônia e o Império, na Primeira República houve uma ampliação dessas características, sentidas na divisão dos municípios em torno de grupos familiares, alicerçados na valentia, no prestígio, na fidelidade, no tradicionalismo, características que podem perdurar em algumas cidades brasileiras, mesmo com o declínio da República dos Coronéis.

Solidariedade local: os municípios mineiros divididos entre duas famílias

As manifestações do espírito das elites mineiras na política permitem classificar a transmissão do poder por via familiar, cuja dinâmica era definida por relações conflituosas, laços de amizades, prestação de favores, perseguições de adversários. Tais características foram sentidas principalmente quando, durante a Primeira República, ocorreu a divisão de muitos municípios em torno de duas famílias que se revezavam no poder.

Nessa perspectiva, Bernardo Mata Machado, ao refletir sobre as divisões de algumas cidades nortes mineiras, no período conhecido como “Coronelismo”, confirmou que as ambições familiares eram práticas habituais, em todo o Estado, durante aquele período e esse fenômeno irá desaparecer em um processo lento e gradativo:

Em Pirapora disputavam os “Ramos” e os “Nascimentos” em São Francisco os, “Gaviões” contra os “Morcegos” em Januária “Luzeiros” e “Escureiros” em Paracatu os “Merendinhas” e os “Cataventos”. Januária, São Francisco e Carinhanha se destacavam pelo nível de violência ali verificado. (MACHADO, 1991, p. 140).

Também John Wirth não teve uma reflexão diferente de Bernardo Mata Machado. Por conseguinte, ao analisar as disputas familiares na cidade de Montes Claros, indagou:

Montes Claros durante anos esteve dividido em 2 campos de batalhas. Um deles, o “Partido do Alto”, situado na praça mais alta da cidade era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado “Partido de Baixo” (por causa de outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1895-1940), professor da escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os “molotros”. Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. (WIRTH, 1982, p. 224).

Dessa forma, Wirth não só analisou o norte de Minas, como também expandiu a sua discussão para outras partes do Estado. Conforme ele, toda a região de Minas Gerais foi dominada por uma elite com forte senso de lugar e família, herdando uma tradição de controle privado bem como a violência local. Assim, a cultura regional de Minas Gerais valorizava as raízes das cidades pequenas, as velhas famílias, além do passado de mineração. (Wirth, 1982, p. 314).

Não por acaso, Orlando M. Carvalho, ancorado nessa discussão da divisão dos municípios mineiros entre as famílias, aproximou sua reflexão com o já citado Bernardo Mata Machado. Para tanto, Carvalho, registrou apelidos sofridos pelas elites mineiras nas campanhas eleitorais:

No município, a luta era acirrada e, por vezes, violenta, marcada de episódios dramáticos, que acentuavam a divisão. Nas campanhas eleitorais, surgiam críticas, caricaturas e apelidos, que permaneciam. Vejamos alguns desses apelidos. Passos: patos e perus. Lavras: gaviões e rolinhas. Alfenas: besouros e marimbondos. Itapeçerica: tarecos e papeatas. Januária: luzeiros e escureiros. Guaranésia: peludos e pelados. Neste último município até hoje, os resultados eleitorais se fazem anunciar como sendo de “Peludos” e “Pelados” e não dos partidos nacionais tais ou quais. Há ali também o ditado: “Homem peludo não deve casar-se com mulher pelada. (CARVALHO, 1960, p. 280)

Frente a esse processo de divisão municipal, é possível perceber a solidariedade associada à violência, assim sendo, quanto menor era uma cidade maior seriam as ambições familiares, no Brasil. Para Queiroz, o binômio oposição e situação era definido por duas famílias na nação. Entendendo que, se o Coronel fosse da “situação”, sua parentela tinha a liberdade para fazer o que quisessem, com a segurança da impunidade, quando o Coronel se encontrava na condição de “oposição”, era como se uma grande maldição tivesse abatido sobre ele e o seu grupo:

“Situação” e “oposição” haviam constituído no Império as grandes divisões políticas brasileiras, mais importantes do que qualquer ideologia partidária; e continuava com a mesma profundidade e magnitude depois de instalado o regime republicano. Persistiam de alto a baixo dos níveis de poder federal, estadual, municipal. E assumiam ainda o aspecto de “guerras de família”, como no passado. (...) Os Coronéis se entrecomiam entre si, muito mais do que devoravam seus apaniguados; “situação” e “oposição” se entrecrocavam em entreveros sangrentos, muito mais do que os chefes de uma e outra com relação aos subordinados. (QUEIROZ, 2004, p. 164).

De igual modo, Minas Gerais não se diferenciava do restante do Brasil na Primeira República. O poder privado, em grande parte do Estado, era liderado pelos proprietários de terras e suas respectivas parentelas, existindo nas pequenas cidades duas facções aglomeradas entre as famílias que usavam da hereditariedade, bem como da solidariedade entre os grupos, para controlar cargos municipais.

Dentro desse quadro de análise, Letícia Bicalho Canêdo, estabelecendo um estudo das metáforas da família na transmissão do poder político, destacou algumas pesquisas² que registraram 27 famílias mineiras que controlavam a política do Estado do nível local ao nível nacional. Seja como for, Letícia Bicalho Canêdo justificou seu interesse no estudo de transmissão de poder, para que fosse explicado o poderio de uma família da Zona da Mata de Minas Gerais, reconhecida, em sua região, por sucessivos anos como “uma família de homens políticos”. Nesse sentido, assinalou:

A escolha da transmissão como objeto de estudo, portanto, prende-se à persistência, de um fenômeno, claramente identificável: a hereditariedade na política sobrecarregado de referências à família. As referências familiares, atualizadas pela mídia, trazem uma dispersão do significado das eleições e revelam a possibilidade da convivência de coisas contrárias, uma se realizando ao esconder a outra, ou melhor, as ideias de democracia, dentro de partidos modernos, escondendo o sinal do familiar na política. (CANÊDO, 1997)

Na discussão que se segue, Canêdo, ao fornecer um estudo atual da transmissão do poder no Brasil, expôs que, nesse processo, a solidariedade familiar ainda é questão fundamental, pois as condições de dominação de um determinado grupo

² Dentre essas pesquisas, Letícia Bicalho Canêdo faz referência ao sociólogo Cid Rebelo Horta, com o estudo datado em 1956.

exigem a produção de herdeiros aptos:

Para essa produção, faz-se qualquer coisa, porque se pertence à família: hospedar um parente ou o filho de um correligionário que vem à capital para estudar, ajudar em caso de doença, apresentar um sobrinho do interior, ou um afilhado, a pessoas em condições de encaminhá-lo na profissão, levá-lo a locais onde aprenderá qual o comportamento de seu grupo fora do meio provinciano etc. No que tange à garantia do poder local, no qual situam-se as eleições básicas isto é, os votos, esta solidariedade familiar é fundamental (...) São técnicas que se aperfeiçoaram politicamente em contato com os seus, pois numa “família de políticos”, a profissão está a serviço da política, que é a sua atividade principal. Nesse sentido, todos estão sempre prontos a ajudar seus parentes nas prefeituras locais, acrescidos das outras ligações de parentesco ou de profissão que possuem com as direções das agências dos governos estadual e federal. (CANÊDO, 1997)

Em um balanço final, a análise das relações de poder entre as famílias no Estado Mineiro, permite perceber os mecanismos de controle econômico, social e político que percorreu os municípios de tal estado, durante a Primeira República, deixando resquícios em diversas regiões de Minas Gerais.

Considerações finais

Por sucessivos anos, a família vem ultrapassando o ciclo doméstico, transplantando para o Estado laços afetivos e de solidariedade entre o seu grupo, seja por relações sanguíneas ou união matrimoniais. É, pois, nesse contexto, que muitos estudiosos entendiam que é possível detectar, no ciclo familiar, uniões carnis e espirituais.

No esteio dessa observação, o clientelismo político é sustentado pela solidariedade, gerando um processo de ampliação de grupos de parentela no Brasil. Solidariedade que é válida, desde que não ameace a propriedade de uma determinada família ou destrua a sua liderança no poder local, pois, quando isso acontece, vai abrir espaço para a violência política.

Evitando alongar em demasia essa discussão, apontamos que a solidariedade e conflito vão legitimar a parentela no poder político, de onde provém a relação amigo e inimigo, trazendo como consequência a divisão de muitos municípios brasileiros entre duas famílias.

Um dos pontos que propomos nesse trabalho foi a organização das cidades coloniais e imperiais com a forte presença da vida rural familiar. Com efeito, a lógica privada e patrimonialista encontrou suas origens nesses primórdios.

Outro ponto que analisamos foi a herança patrimonialista, na política advinda do passado colonial. Nessa perspectiva, o entendimento de Sérgio Buarque de Holanda foi de grande utilidade, pois, para esse historiador, a família ainda orienta o processo político, onde a ideia do “homem cordial” não seria outra coisa senão a perspectiva de uma grande família sendo um obstáculo para a sociedade moderna.

Finalmente, a reflexão da extensão da família, durante o período conhecido como “Coronelismo”, legítimo na nação, cujos valores estavam sempre calcados na fidelidade, mandonismo local, honra, violência, tradição. Portanto, o caso mineiro, escolhido nessa análise, forneceu um exemplo exacerbado da hereditariedade na política. Convém, porém, destacar que o caso mineiro não foi o único a usar da hereditariedade, no âmbito político, uma vez que se trata de um processo generalizado, em diversos estados do Brasil.

A guisa de conclusão, pretendemos, sobretudo, estudar o patrimonialismo político ligado à ordem familiar, que trouxe como consequência o mandonismo, bem como o compadrio centrado em valores pessoais afetivos. Nesse intuito, em uma sociedade democrática, as manifestações coletivas ainda encontram dificuldade para se desenvolver.

Referências

CANÊDO, Leticia Bicalho. *As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método*. Cad. CEDES, Vol. 18 n. 42, Campinas Aug. 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena: a família, a política e uma hipótese*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 20, p. 153-194, 1966.

CARVALHO, Orlando M. *Os partidos políticos de Minas Gerais e as eleições de 1958*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. n. 8, 1960.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2004.

GUALBERTO, João. *A invenção do coronelismo: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: UFES, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MATA MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A girafa Editora, 2008.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico*. In: História Geral da Civilização Brasileira, vol. 1. O tempo do Liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WIRTH, John da. *O Fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.